

O ESPORTE E AS EMPRESAS ESTATAIS: UMA ANÁLISE DO GASTO COM PATROCÍNIO ESPORTIVO¹

SPORT AND STATE COMPANIES: AN ANALYSIS OF EXPENDITURE WITH SPORTS PATRONAGE

EL DEPORTE Y LAS EMPRESAS ESTATALES: UN ANÁLISIS DEL GASTO CON PATROCINIO DEPORTIVO

Claudia Catarino Pereira, Universidade de Brasília (UnB), claudiacatarino@hotmail.com

Fernando Henrique Silva Carneiro, Instituto Federal de Goiás (IFG),

fernandohenriquesc@gmail.com

Fernando Mascarenhas, Universidade de Brasília (UnB), fernandom@unb.br

PALAVRAS-CHAVE: esporte; empresas estatais; patrocínio esportivo.

INTRODUÇÃO

As empresas estatais são uma forma transfigurada do Estado em fração do capital, que dialogam com os interesses gerais do capital e com seus interesses particulares e apresentam-se como um importante ente governamental executor de políticas públicas (econômicas e sociais), de projetos e de programas governamentais (PEREIRA, 2017).

No setor esportivo, estabelecem uma relação de patrocínio com o esporte de alto rendimento e com as entidades de administração do esporte. Na matriz do gasto público com esporte, pertencem à fonte extraorçamentária e executam importantes gastos no setor esportivo (CARNEIRO; MASCARENHAS, 2018; PEREIRA, 2017).

Dessa forma, o objetivo deste estudo é analisar o patrocínio das empresas estatais no esporte de 2004 a 2018. Utilizando uma abordagem qualitativa-quantitativa, o estudo se apoia numa pesquisa documental, com dados coletados no Portal Transparência no Esporte e analisados a partir da metodologia proposta por Carneiro e Mascarenhas (2018), além de deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), a preços de dezembro de 2018.

¹ O presente trabalho contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Encontramos um universo de 26 empresas estatais que patrocinaram o esporte, tendo gasto R\$ 5,047 bilhões nos 15 anos analisados. 67% se concentram na Caixa Econômica Federal (CEF) e na Petrobras, o que sinaliza uma concentração de gasto em uma empresa do ramo financeiro e na principal empresa estatal brasileira.

No direcionamento do gasto, a categoria Esporte de Alto Rendimento (EAR) foi priorizada – 76% dos gastos totais. Apenas 9% foram gastos com grandes eventos esportivos, e protagonizados pelo patrocínio dos Correios aos Jogos Olímpicos Rio 2016. O baixo percentual destinado à categoria Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (EELIS) – apenas 15% – nos possibilita rebater o argumento de serem empresas socialmente responsáveis para o setor esportivo. A prioridade para o EAR sinaliza a predominância dos interesses particulares da estatal, ou seja, de retorno publicitário e fortalecimento de marca (PEREIRA, 2017).

O gasto das empresas estatais apresentou fortes oscilações, o que sinaliza descontinuidades das ações. De 2004 a 2014 verificamos um crescimento de 654% no gasto, em resposta ao ativismo estatal proposto pelos governos petistas e que no setor esportivo se fez real pelo aumento do gasto das empresas estatais principalmente com o EAR. Já de 2014 a 2018 verificamos uma queda de 616%, sinalizando abandono da intervenção estatal intensificada pelas mudanças político-governamentais em 2016 (PEREIRA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos que as empresas estatais desempenham importante papel no setor esportivo, sendo um “braço” do governo no gasto com esporte, fomentando principalmente o EAR. Tal ação esteve alinhada com o ativismo estatal desenvolvido nos Governos Lula e Dilma, abandonada a partir de 2016 com o governo de Michel Temer (PEREIRA, 2017).

A prioridade do gasto com EAR nos possibilita compreender a dualidade das empresas estatais: respondem ao interesse governamental de fomentar o esporte de rendimento e patrocinam o esporte de forma que obtenham retornos para a imagem da estatal (ações de publicidade). É a articulação entre interesses privados da estatal enquanto grande empresa e

os interesses públicos enquanto empresas estatais. Porém, a predominância é do interesse particular.

Tal predominância se torna clara quando, a partir de 2016, os gastos caem violentamente, o que corresponde à postura neoliberal e não intervencionista do governo que se inicia em 2016 e se encerra em 2018. Assim, visualizamos uma retirada das empresas estatais do lugar de importantes entes públicos para fomentar o esporte brasileiro, principalmente, o EAR.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, F. H. S.; MASCARENHAS, F. O financiamento esportivo brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise. *E-legis*, Brasília, Número Especial – Pesquisas e Políticas sobre Esporte, nov. 2018.

PEREIRA, C. C. *Empresas Estatais e o Financiamento do Esporte nos Governos Lula e Dilma*. Brasília, 2017. 187fl. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília – UnB, 2017.